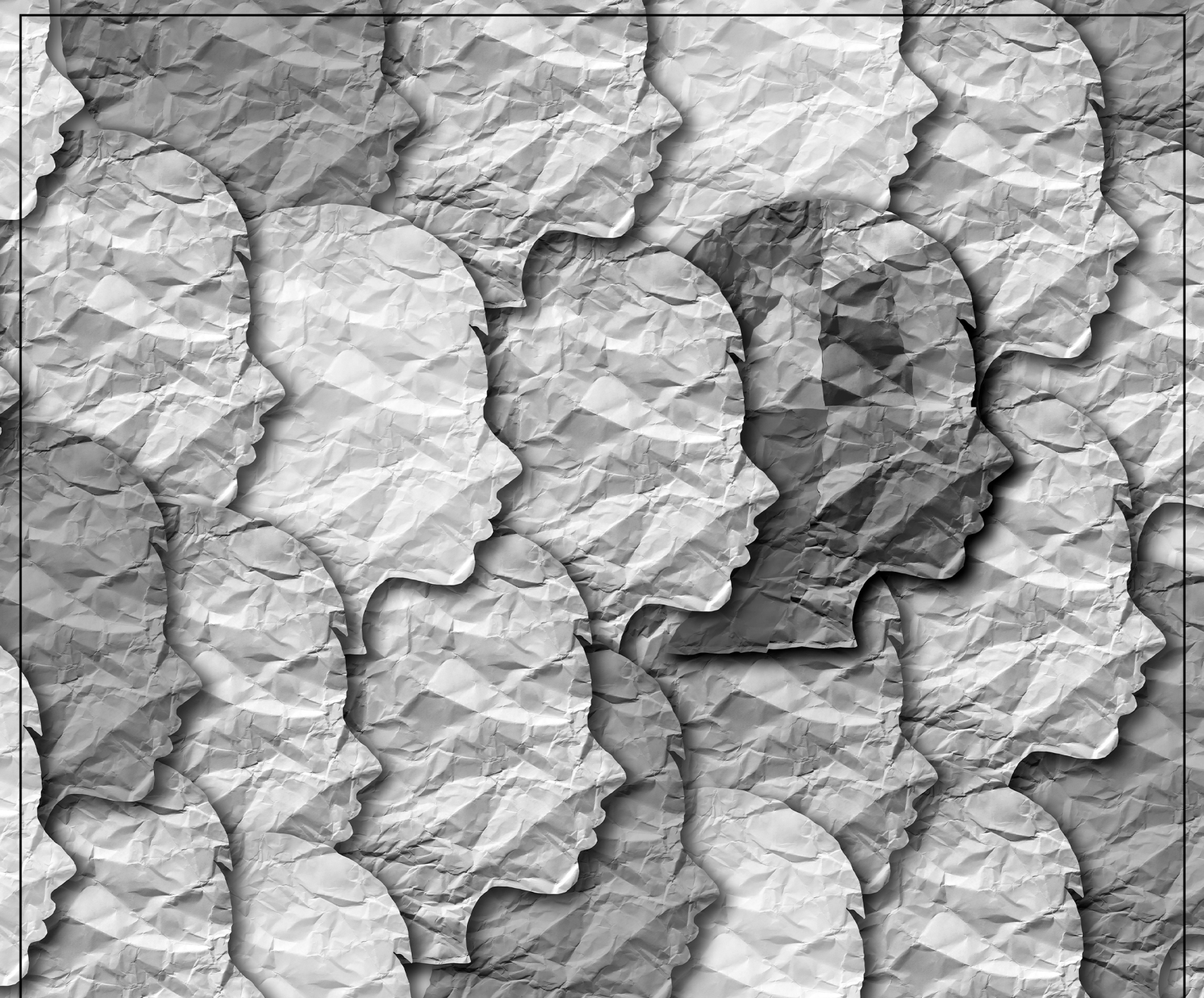




Ações e Implicações para a (Ex)Inclusão 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020



Ações e Implicações para a (Ex)Inclusão 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ações e implicações para a (ex)inclusão

3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A185 Ações e implicações para a (ex)inclusão 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta
Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-274-6

DOI 10.22533/at.ed.746201008

1. Brasil – Política social. 2. Cidadania – Brasil. 3. Exclusão
social – Brasil. 4. Pobres – Estudo de casos. I. Monteiro, Solange
Aparecida de Souza.

CDD 305.560981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Uma teoria completa do olhar (sua origem, sua atividade, seus limites, sua dialética) poderá coincidir como uma teoria do conhecimento e com uma teoria da expressão [...]. O olhar não está isolado [...]. Olhar não é apenas dirigir os olhos para perceber o “real” fora de nós. É, tantas vezes, sinônimo de cuidar, zelar, guardar, ações que trazem o outro para a esfera dos cuidados do sujeito: olhar por uma criança, olhar por um trabalho, olhar por um projeto [...]. Alfredo Bosi, 2000

O presente e-book busca compreender um universo ambíguo, o universo do corpo. Falar desse universo não é outra coisa senão falar do ser humano. É pensar o humano a partir das práticas culturais voltadas ao corpo, sobre as formas que os seres humanos constroem, seus modos e costumes, seus valores, suas técnicas corporais, suas práticas de alimentação, saúde, sexo e educação (SOARES, 2007).

A respeito da participação e interação em vários setores da sociedade, de modo específico na Educação, alguns estabelecimentos de ensino e outros profissionais podem elencar que uma maneira de tornar o espaço educacional mais e suas implicações, percebemos que o direito à aprendizagem deve acontecer independentemente de existir ou não um profissional especialista. Por outro lado, a inclusão remete ao esforço de todos. Que comecemos, pois, dentro de nossas salas de aulas, a refletir sobre a inclusão, enxergando o quanto a atuação deste profissional está investida de parceria, acolhimento e troca de saberes. **Eliminar barreiras faz a deficiência deixar de ser fator de exclusão.**

No âmbito da educação superior no Brasil, a base estrutural foi tradicionalmente sendo moldada e sistematizada para atender à reprodução e manutenção das relações do mercado capital e, portanto, apresenta características profissionalizantes. No início da Primeira República, já estavam evidentes as características elitista e excludente, historicamente determinadas que, de forma engenhosa, atribuíam à educação o papel de garantir a reprodução das relações de produção escravistas que tiveram início no período imperial, perpetuando-se com a chegada das primeiras universidades. Dessa forma, a estrutura social capitalista, através do seu sistema econômico, foi relevante para a origem das primeiras universidades, atendendo às exigências locais do mercado (SHEEN, 2000). Ao comparar o total de matrículas nas IES brasileiras em 2007 (6,7 milhões), as Instituições Privadas de Educação Superior apresentaram 72% das matrículas de estudantes com deficiência. Entretanto, a análise das matrículas de alunos com deficiência no período compreendido entre 2008 e 2010 mostrou uma variação significativa nas instituições públicas de ensino superior, destacando a espera, de que as IES privadas oportunizem um número superior de alunos com deficiência, pois é preciso considerar que apresentam um número de vagas muito superior às IES públicas, conforme demonstração das vagas de alguns cursos pelas IES públicas e privadas no ano de 2011. Este cenário apresentou mudança, principalmente nos últimos dez anos. Em 2011 o total de matrículas nas IES

brasileiras era de 6,7 milhões. Destas, 77% eram em instituições privadas, e o restante em universidades públicas. O crescimento das matrículas em 2010 foi de 7,1% em relação ao ano de 2009. No período 2011 a 2013, o número de alunos no ensino superior cresceu 16,8%, sendo 8,2% na rede pública e 19,1% na rede privada. Nos últimos 10 anos, a taxa média de crescimento anual foi de 5,0% na rede pública e 6,0% na rede privada. Em 2013, a rede privada teve uma participação superior a 80% no número de ingressos nos cursos de graduação. No período 2012 e 2013, o número de matrículas cresceu 3,8%. Sendo, 74,0% deste total nas IES privadas (INEP, 2013, p. 05). O Censo da Educação Superior, MEC/Inep/Deed registrou 20.019 alunos com deficiência matriculados na graduação, “o que corresponde a 0,34% do total. O tipo de deficiência predominante foi baixa visão (30%), seguido da deficiência auditiva (22%) e da deficiência física (21%)” (INEP, 2010, p. 21). Pavani e Pozenato (1977), considerando as reformas universitárias, ressaltam que não se trata apenas de leis, decretos, portarias ou medidas legais; uma reforma universitária implica duas proposições fundamentais: na política universitária e na mudança da estrutura e funcionamento das instituições de Ensino Superior. Cabe lembrar que o Estado legitimou compromissos em documentos nacionais e internacionais que ensejam atender essa demanda, o que implica também maior destinação orçamentária para que as ações sejam executadas.

Embora haja críticas acerca da integração e inclusão, bem como a forma que foram redigidas as legislações, observa-se que houve um grande impacto político-social brasileiro e que o número de alunos matriculados no ensino, seja ele público ou privado, aumentou consideravelmente nos últimos anos de 2013 a 2019, dados do Censo da matrícula inicial demonstram que é crescente o número de alunos especiais matriculados na rede regular de ensino. As dificuldades e desafios que possuem os atores envolvidos no processo inclusivo são compreensíveis, mas vale ressaltar que estudar e discutir o tema faz surgirem reflexões sobre o quanto o país se desenvolveu e precisa continuar avançando para que a pessoa com deficiência possa viver de forma plena e desfrutar dos seus direitos. Salienta-se que, embora não se pretenda esgotar as discussões quanto à temática, este estudo possibilitou alcançar os objetivos propostos, além de fornecer ao leitor uma visão holística sobre as desafiadoras políticas educacionais inclusivas. Assim, conclui-se que o debate sobre inclusão das pessoas com deficiência precisa se enraizar na estrutura interna da universidade e nas políticas públicas de Estado que ainda possui ondas conservadoras muito forte que sufocam os movimentos contra-hegemônicos, dificultando os avanços.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EFICIÊNCIA DA EQUOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Geovana Silva Wertonge Eliandra Vieira Simões Sabrina Fernandes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.7462010081	
CAPÍTULO 2	15
A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NA SOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Marco Aurélio Alves de Souza Michele Bulhosa de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7462010082	
CAPÍTULO 3	22
AÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA CEGA: OS DESAFIOS DE ALFABETIZAR ESSE ALUNADO	
Cristina Bressaglia Lucon	
DOI 10.22533/at.ed.7462010083	
CAPÍTULO 4	32
ESCOLA POLO PARA ALUNOS SURDOS: EXPERIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BAGÉ	
Francine Carvalho Madruga Ingrid da Silva Torma	
DOI 10.22533/at.ed.7462010084	
CAPÍTULO 5	37
FATORES DE VULNERAÇÃO DE ESTUDANTES COM O TDAH SOB O ESCOPO DA BIOÉTICA DE PROTEÇÃO: UM ESTUDO DE CASO	
Simone Schelbauer Moreira Paes Daiane Priscila Simão-Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7462010085	
CAPÍTULO 6	42
GNOSIOLOGIA NAS INVESTIGAÇÕES EM EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISAS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Claudionor Renato da Silva Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges	
DOI 10.22533/at.ed.7462010086	
CAPÍTULO 7	52
INCLUSÃO E (EX) CLUSÃO: A MULHER NA ESCOLA NO BRASIL: 1910 - 1985	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Alexandre Filho Pamela Alves Batista Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Patrick Pereira	

Monica Soares
Marilurdes Cruz Borges
DOI 10.22533/at.ed.7462010087

CAPÍTULO 8 65

LIBRAS IFZN: DESENVOLVENDO UM APLICATIVO INCLUSIVO

Moisés Abraão Sousa de Oliveira
Gueidson Pessoa de Lima
Diego Silveira Costa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.7462010088

CAPÍTULO 9 78

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ABORDAGENS PEDAGÓGICAS E SOCIOEMOCIONAIS PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS MUNICÍPIOS DE CUBATÃO E SANTOS

Edna Diniz dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7462010089

CAPÍTULO 10 84

O LÚDICO COMO FACILITADOR NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇA COM AUTISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos
Alcemar Antônio Lopes de Matos
Nadir Francisca Sant'Anna

DOI 10.22533/at.ed.74620100810

CAPÍTULO 11 95

O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Catarina Janira Padilha
Leila Soares de Souza Perussolo

DOI 10.22533/at.ed.74620100811

CAPÍTULO 12 106

O PARAGUAI NA TELEVISÃO BRASILEIRA, O ESTIGMA DA FALSIFICAÇÃO OU PIRATARIA E A RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Roberta Brandalise

DOI 10.22533/at.ed.74620100812

CAPÍTULO 13 120

O TRABALHO MULTIPROFISSIONAL NO ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM TEA EM UM SERVIÇO DE REABILITAÇÃO INTELECTUAL NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Natielle Lopes Borges
Priscila da Costa Soares

DOI 10.22533/at.ed.74620100813

CAPÍTULO 14 129

PRÁTICAS DE INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ALTO ARAGUAIA

Osmar Quim
Edineiva Gimenes Rocha

DOI 10.22533/at.ed.74620100814

CAPÍTULO 15	142
SOMOS TODOS DIFERENTES, MAS NOSSO MUNDO É IGUAL	
Cristiane Pereira Gonçalves	
Luana Farias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.74620100815	
SOBRE A ORGANIZADORA	147
ÍNDICE REMISSIVO	148

O PARAGUAI NA TELEVISÃO BRASILEIRA, O ESTIGMA DA FALSIFICAÇÃO OU PIRATARIA E A RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Data de aceite: 04/08/2020

Data de submissão: 27/05/2020

Roberta Brandalise

Faculdade Cásper Líbero

São Paulo, SP

<http://orcid.org/0000-0001-7115-8372>

Trabalho apresentado no XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

RESUMO: Estudamos como os sentidos de falsificação e pirataria, recorrentemente associados pelas narrativas da televisão brasileira aos paraguaios, ao Paraguai e à fronteira Paraguai-Brasil, medeiam as relações cotidianas e as representações que paraguaios e brasileiros elaboram uns sobre os outros na fronteira Foz do Iguaçu-Ciudad del Este (Brasil-Paraguai). O estudo se deu junto a 18 fronteiriços sob a perspectiva dos Estudos Culturais Britânicos e Latinos. Os brasileiros estigmatizam os paraguaios por meio do uso da linguagem, quando incorporam no cotidiano os termos derivados da palavra Paraguai associados aos sentidos de “falso”, podendo significar “desonesto” ou ainda “criminoso”.

Os paraguaios acionam a identidade nacional, enaltecendo elementos positivos e resistindo a essa representação. Os limites simbólicos entre as nações é sublinhado e a identificação fronteiriça não é fortalecida.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Televisão; Estigma; Falsificação; Fronteira Paraguai-Brasil.

PARAGUAY ON BRAZILIAN TELEVISION,
THE STIGMA OF FALSIFICATION OR
PIRACY AND RESISTANCE AT THE
BRAZILIAN PARAGUAY BORDER

ABSTRACT: We studied how the meanings of counterfeiting and piracy, recurrently associated by the narratives of Brazilian television to the Paraguayans, Paraguay and the Paraguay-Brazil border, mediate the daily relations and representations that Paraguayans and Brazilians elaborate on each other on the Foz do Iguaçu border- Ciudad del Este (Brazil-Paraguay). The study was carried out with 18 frontiersmen from the perspective of British and Latin Cultural Studies. Brazilians stigmatize Paraguayans through the use of language, when they incorporate in their daily lives the terms derived from the word Paraguai associated with

the meanings of “false”, which can mean “dishonest” or even “criminal”. Paraguayans trigger national identity, highlighting positive elements and resisting this representation. The symbolic boundaries between nations are underlined and border identification is not strengthened.

KEYWORDS: Communication; TV; Stigma; Falsification; Paraguay-Brazil border.

1 | ESTRATÉGIA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A CIRCULAÇÃO DOS SENTIDOS DE FALSIFICAÇÃO OU PIRATARIA ENTRE A TV BRASILEIRA E A FRONTEIRA PARAGUAIO-BRASILEIRA

Pesquisamos a participação da televisão brasileira na construção de representações sociais e na articulação de identidades culturais na fronteira Brasil-Paraguai (Foz do Iguaçu - *Ciudad del Leste*), região em que o consumo das narrativas audiovisuais brasileiras ocorre entre paraguaios e brasileiros há mais de quatro décadas. Os dados foram construídos a partir das colaborações de uma amostra formada por dezoito fronteiriços que consomem a televisão brasileira. Nove brasileiros residentes em Foz do Iguaçu (cinco mulheres e quatro homens, com as idades variando entre 19 e 72 anos) e nove paraguaios residentes em *Ciudad del Este* (quatro mulheres e cinco homens, com idades variando de 21 a 79 anos).

Especificamente, neste artigo, iluminamos a análise discursiva de quatro narrativas audiovisuais veiculadas na televisão brasileira que se mostraram relevantes para a amostra: “Paraguaios adoram piratear”, exibida pelo Jornal da Globo (3/12/2009); “Revirando o Baú: Elizabeth Savalla já foi mulata paraguaia! Reveja cena da atriz na novela Quatro por Quatro, em 1994”, exibida pelo Vídeo Show (28/10/2009, atualizado em 25/1/2010); “BBB9 CHAPA QUENTE!! Newton e Ana brigam no jardim” (cenas disponibilizadas no youtube.com, em 4/2/2009) e “Os melhores hinos das seleções da Copa”, cenas exibidas pelo Casseta & Planeta (15/6/2010).

Essas narrativas da televisão brasileira, de gêneros diversos, respectivamente, telejornalismo, programa de variedades, *reality show* e programa de humor, ilustram como o Paraguai, os paraguaios e a fronteira Brasil-Paraguai são recorrentemente associados a ideia de falsificação ou pirataria. Falsificação ou pirataria são os sentidos propostos como chave de leitura para essas e tantas outras narrativas televisivas da televisão brasileira.

Essas narrativas são elaboradas contando com um interdiscurso que se formou historicamente com a participação da própria mídia brasileira. Um interdiscurso que se teceu a partir de estereótipos negativos, super-simplificações da realidade que servem de base para o preconceito de brasileiros em relação a paraguaios. Os estereótipos negativos entranhados nas formações discursivas dessas narrativas se constituem como marcas simbólicas que estigmatizam os paraguaios, o Paraguai e a fronteira Brasil-Paraguai.

Constituímos a nossa estratégia teórico-metodológica a partir da orientação da

Antropologia Cultural (Geertz, 1978) – realizando a descrição densa da realidade e a interpretação a partir do contexto – e dos Estudos Culturais Britânicos e Latino-Americanos (Hall, 1999; Martín-Barbero, 2001) – assumindo as identidades culturais como plurais e móveis e atentando para a realidade multimediada.

A fim de concretizar a análise discursiva dos dados que levantamos, nos apropriamos ainda de Geertz (1978) e Orlandi (1988) para identificar as formações discursivas e as estruturas de significado em curso, atentando para as relações de predominância entre elas, tanto nas narrativas televisivas quanto nas apropriações e usos que os entrevistados fazem dessas narrativas.

Entendemos, por exemplo, que era preciso atentar para os estereótipos, preconceitos e estigmas envolvidos nos processos identitários e nos processos de comunicação. Para tanto, em convergência com nossa orientação teórico-metodológica, nos apropriamos de Ecléa Bosi (2004) e Walter Lippmann (2008), a fim de identificar e compreender os estereótipos em curso nos contextos em que nos inserimos.

De acordo com Lippmann (2008, p. 83-84), para identificar os estereótipos em curso num contexto é preciso considerar que “o que frequentemente se imagina ser o relato de um evento é, na realidade, sua transfiguração. (...) Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos”. Assim, para ele, os estereótipos se configuram e se sustentam para a “economia do esforço” e para as “defesas de nossa posição na sociedade”. De acordo com Lippmann, mesmo que a experiência contradiga o estereótipo, é preciso atentar para o fato de que “quando um sistema de estereótipos é bem fixado, nossa atenção é chamada para aqueles fatos que o apoiam, nos afastando daqueles que o contradizem” (Lippmann, 2008, p. 115). Além disso, ele pontua que “Para não deixar dúvidas, um estereótipo pode ser transmitido de uma forma tão consistente e tão peremptoriamente em cada geração de pai a filho que parece ser quase um fato biológico” (Lippmann, 2008, p. 94). De maneira semelhante, Bosi (2004, p. 114-117) também considera que o estereótipo acaba tornando-se uma “uma percepção social falsa”, construída a partir de um processo “perceptivo” que capta “aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura”, a fim de servir para a “facilitação” do “reconhecimento”, e para ela, o estereótipo também é transmitido com “tal força e autoridade” que pode parecer natural.

Com a colaboração de Lippmann (2008) e Bosi (2004), compreendemos que os estereótipos existem em todas as culturas, são construídos historicamente, e utilizamo-nos deles para nos relacionar com o que consideramos ser o “outro”. O uso dos estereótipos tem a ver com nossas expectativas em relação ao “outro” e, portanto, também tem a ver com a demarcação da identidade e da diferença. Entretanto, os estereótipos são incompletos, eles não dão conta da complexidade das diferentes identidades culturais nem do jogo entre elas, entre outras razões porque nesse jogo é preciso considerar que o “outro”, em alguma medida, também se assemelha àquele que enquadra ou classifica.

Os estereótipos têm um papel nas relações sociais, mas mesmo que eles não sejam necessariamente negativos ou inverdades, a supersimplificação que representam gera consequências adversas nos contextos culturais em que são utilizados e interpretados. Com isso, entendemos que os estereótipos participam de vários modos do jogo identitário, próprio da diversidade cultural da espécie humana, e podem ser formados por meio de uma caracterização positiva ou negativa do “outro”.

Também em convergência com nossa orientação teórico-metodológica, nos apropriamos de Kabengele Munanga (1978, p. 145-153), a fim apreender e compreender os preconceitos em curso nos contextos em que nos inserimos. Antes de demonstrar como se manifesta o preconceito nas relações inter-raciais entre brancos e negros nos Estados Unidos, na África colonial e no Brasil, Munanga (1978, p. 145) nos explica que:

Em seu livro ‘Preconceito e Racismo’, James M. Jones define o preconceito como uma atitude negativa adotada por um grupo ou por uma pessoa, em relação a um outro grupo ou outra pessoa, baseada num processo de comparação social, segundo o qual o grupo de indivíduos julgador é considerado como ponto positivo de referência. Esta atitude negativa que o homem manifesta com respeito a outro pode estar situada em diversos domínios: raça, religião, profissão, sexo, idade, região, filiação política, educação, status socioeconômico, etc. (MUNANGA, 1978, p.145).

Com isso entendemos que a configuração do preconceito vai acontecer quando, ao invés do significado de *diversidade* imputado às identidades, pudermos perceber que o significado atribuído a elas é o da *desigualdade*. O reconhecimento de diferenças e semelhanças não implica necessariamente que ao “outro” seja imputado um valor desigual ao que atribuímos a “nós”. Entretanto, a partir de nossa apropriação de Munanga (1978), entendemos que quando “eles” ou o “outro” não é considerado apenas diferente e sim inferior a “nós”, entram em cena as relações preconceituosas. Nesse sentido, é válido apontar também que uma das diferenças entre o estereótipo e o preconceito é que o primeiro pode ser positivo ou negativo, enquanto o segundo é sempre uma “atitude negativa” em relação ao “outro”, de acordo com a qual “eles” são considerados inferiores a “nós”. Evidentemente, com isso ainda é possível dizer que os estereótipos negativos podem servir de base para a configuração do preconceito, dependendo do uso que fazemos deles.

Em convergência com nossa orientação teórico-metodológica, ainda nos apropriamos de Erving Goffman (1980, p. 5-20), a fim compreender como os estigmas participam das relações interculturais em curso nos contextos em que nos inserimos. Goffman estudou como a sociedade separa as pessoas entre “normais” e “anormais” a partir de “estigmas”, mostrando como as identidades sociais estabelecidas são tidas por ela como distinções naturais. Nesse sentido, é interessante apontar a diferença entre o que ele chama de “identidade virtual” e “identidade social real”. De acordo com Goffman, os “atributos”

de uma pessoa podem vinculá-la a uma identidade virtual que não necessariamente corresponde a sua identidade social real. A esses “atributos” – que conforme a descrição do autor, têm a ver com características físicas (“corpo”), ou “de caráter individual”, ou ainda de “raça, nação e religião”, bem como de “classe” (tal como o autor aponta em uma nota de rodapé) – Goffman dá o nome de “estigma” e se debruça sobre as consequências da estigmatização no convívio social.

Segundo Goffman (1980), as pessoas estigmatizadas são cerceadas do convívio social pleno porque, por exemplo, a partir de uma característica física elas podem ser imediatamente vinculadas a uma identidade virtual negativa e isoladas desse convívio, ou seja, por causa da estigmatização é comum que essas pessoas não tenham nem a chance de se fazer conhecer de fato. Assim, ao identificar o que nomeou como “estigma”, Goffman desenvolveu uma análise que revela como os vários tipos de estigma participam de diversas formas dos processos de exclusão social, apontando que esses “atributos” ou “estigmas” estão associados ao que ele chama de uma “identidade virtual”.

Apropriamo-nos do conceito de “estigma”, atentando para o fato de que os estigmas não fazem sentido por si mesmos, uma vez que eles ganham um significado porque as diferentes sociedades e culturas atribuem sentidos às características físicas, à ocupação social, entre outros aspectos que envolvem a vida das pessoas, com base em ideologias e preconceitos que se construíram historicamente. Deprendemos também que as “identidades virtuais”, apontadas por Goffman como atuantes nos processos de estigmatização, se aproximam do que entendemos como as identidades atribuídas pelos diversos grupos que participam da vida social e cultural.

A partir desses fundamentos, realizamos uma pesquisa qualitativa (LOPES, 2002), nos moldes de um estudo de caso (YIN, 2010), fazendo uso de entrevistas semiestruturadas (THIOLLENT, 1980), de entrevistas abertas mediadas (a partir da proposta de COLLIER, 1973) – momento em que revimos com brasileiros e argentinos as narrativas que eles mesmos sublinharam como relevantes em seu cotidiano – e da observação participante (HAGUETE, 1992).

2 | A PROPOSTA DOS SENTIDOS DE FALSIFICAÇÃO OU PIRATARIA NA TV BRASILEIRA E A INCORPORAÇÃO, NEGOCIAÇÃO OU RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

A associação do Paraguai ou da fronteira à pirataria foi mencionada por todos os entrevistados como uma representação televisiva recorrente. Consideramos emblemática a reportagem que encontramos “Paraguaios adoram piratear”, exibida pelo Jornal da Globo (3/12/2009, 1’42”), razão pela qual a assistimos com as famílias paraguaia e brasileira. Destacamos que a caracterização dos paraguaios como falsificadores ou pirateadores

ocorre também em outros tipos de narrativas televisivas (programas de variedades, de humor e *reality shows*), assim como participa do cotidiano dos paraguaios e dos brasileiros que vivem na fronteira, tal como estudamos a seguir.

A pauta da matéria do Jornal do Globo gira em torno de uma pesquisa realizada no Paraguai pela Câmara de Comércio Paraguayo-Americana, na qual constata-se que metade da população paraguaia considera a pirataria uma forma aceitável de ganhar a vida. Na chamada da matéria, a apresentadora do telejornal diz que “uma pesquisa feita no Paraguai mostrou que metade da população do país considera a pirataria uma forma aceitável de ganhar a vida”. Ela enfatiza o termo “aceitável” usando a entonação de voz e os gestos das mãos, aos 6” da narrativa, nos permitindo inferir que a visão dos paraguaios constatada na pesquisa é reprovável. Em seguida, o repórter aparece em Ciudad del Este – assim, o recorte da pauta vincula o tema à fronteira e é lá, portanto, que a reportagem se desenvolve.

Enquanto mostra o cenário de comércio em Ciudad del Este, o repórter afirma: “Aqui o crime não se esconde. Em Ciudad del Este, no Paraguai, os produtos piratas estão por toda a parte. Que as autoridades e a população são coniventes com a pirataria é fácil de se perceber, mas não da forma como foi comprovada por uma pesquisa da Câmara de Comércio Paraguayo-Americana: 80% dos paraguaios não recriminaria um filho por comprar CDs, DVDs ou roupas falsificadas e metade da população acha que pirataria é uma forma de ganhar a vida”.

O repórter entrevista o presidente da câmara de comércio que realizou a pesquisa – que, pelo sotaque, nos pareceu ser americano, porém não pudemos confirmar isso porque seu nome não foi informado – e resume seu depoimento: “A ideia que a população faz da falsificação é uma tragédia para a economia do país. Ao invés de trazer renda, a ilegalidade impede que o Estado crie empregos e invista em saúde ou educação, por exemplo”. A voz da fonte aparece também de modo direto e com tradução: “Não ajuda o país, ao contrário, prejudica o país”. Notamos que os paraguaios não foram ouvidos na reportagem, de modo que ficamos sem saber sua opinião sobre os resultados da pesquisa. No entanto, destaque-se que, tendo sido realizada por uma entidade que reúne simultaneamente interesses comerciais paraguaios e americanos, a pesquisa acabou gerando alguma desconfiança por parte de nossos entrevistados paraguaios, isso ficou evidente quando um deles comentou: “É a visão dos estrangeiros, eles também tem seus interesses, e o que interessa a nós, como vamos viver?” (Augusto, 47).

Em seguida, o repórter redireciona o rumo da matéria – sendo nisso aprovado pelos entrevistados –, quando afirma que “esse não é nem de longe um problema que diz respeito só ao Paraguai. Sem dúvida, se a indústria da pirataria vai de vento em popa do lado de lá da ponte, é porque boa parte destes produtos falsificados tem compradores garantidos aqui no Brasil”. Depois disso, o repórter informa: “hoje, em todo o país, a Receita Federal destruiu mais de três mil toneladas de mercadorias apreendidas. Em Foz

do Iguazu, CDs, DVDs, óculos e cigarros, tudo vindo do Paraguai”. Nesse momento, é exposto o que entendemos como o objetivo da reportagem, caracterizar que a pirataria é um problema para o Brasil.

A reportagem termina apresentando uma solução para tal problema, na voz de Luciano Barros, um representante da Associação Brasileira de Combate à Falsificação: “Para a Associação Brasileira de Combate à Falsificação, o problema precisa ser atacado em conjunto e não só pela polícia. O Brasil não vai conseguir resolver esse problema se não tiver o Paraguai como parceiro e esta parceria precisa ser não só a de repressão, mas a de educação também”.

O enfoque da matéria é apresentado no início quando o repórter fala que “aqui o crime não se esconde”. É evidente que o olhar lançado em relação à pauta se dá a partir das leis, do que é ou não permitido por elas e o valor-notícia está na tal pesquisa que revela as vozes dissonantes: “metade da população paraguaia considera aceitável” o que as leis, as fontes utilizadas e a reportagem consideram inadmissível, a violação da lei ou “o crime”. No entanto, essas vozes dissonantes – encontradas pela pesquisa e constituídas pela própria população paraguaia – não foram ouvidas pela reportagem. De acordo com a formação discursiva da narrativa, seu valor já estava imputado como uma opinião equivocada do ponto de vista legal, e acabaram servindo apenas como veículo para mostrar o prejuízo que a atividade ilegal em si causa para outros segmentos ou esferas da sociedade. Percebemos que essa reportagem utiliza três fontes, a Câmara de Comercio Paraguayo-Americana, a Receita Federal brasileira e a Associação Brasileira de Combate à Falsificação, instituições que representam interesses paraguaio-americanos, do governo brasileiro e de empresários brasileiros.

O discurso da Câmara de Comercio Paraguayo-Americana explicita a preocupação em defender os interesses do Estado paraguaio (“prejudica o país”), o que fica implícito é o fato de que, por se tratar de uma câmara de comércio, evidentemente existem interesses comerciais envolvidos na iniciativa de realizar a pesquisa. Também não podemos deixar de lado o fato de ser uma instituição paraguaio-americana, o que implica preocupações não apenas paraguaias, mas também americanas.

No caso da Receita Federal brasileira, há o interesse do governo brasileiro em fazer valer o respeito às leis para proteger o mercado interno. Essa fonte oficial foi citada pelo repórter sem que tenha sido personificada pela fala e imagem de alguma autoridade, pois na esfera do senso comum a entidade já representa o governo e as leis.

No caso da Associação Brasileira de Combate à Falsificação, estão representados outros segmentos da sociedade brasileira que objetivam a mobilização social em busca do cumprimento das leis, mas de certo a maior preocupação em enfrentar essa ilegalidade provém daqueles que são diretamente prejudicados, como os empresários que saem perdendo quando no mercado circulam produtos que além de serem réplicas concorrentes aos produzidos ou comercializados por eles, acabam não agregando impostos e assim

são comercializados com preços abaixo dos de mercado. Essa fonte é utilizada para apresentar uma solução para “o problema” e propõe a educação como alternativa, ou seja, realizar a mudança de hábitos para integrar o Paraguai nos moldes de uma sociedade civil “aceitável”. O recado é claro: é preciso jogar de acordo com as regras.

Em nenhum momento da narrativa jornalística há a afirmação de que os paraguaios “adoram piratear”, porém é com esse título que a reportagem está registrada no *site* da Globo.com – quando fazemos seu *download*, ou seja, quando a baixamos da *internet* para o computador, esse título já está atribuído. Não temos como determinar sua origem, se era o nome da pauta inicial ou se foi uma dedução opinativa de quem faz a manutenção do *site*. No entanto, consideramos essa atribuição como uma pista acerca da representação dos paraguaios no imaginário dos profissionais da mídia brasileira. Certamente, devemos perseguir esse viés em futuros trabalhos, para compreender as representações deles acerca de seus objetos de reportagem e seu processo de construção narrativa.

No entanto, podemos inferir desde já que como esses profissionais fazem parte da sociedade brasileira, evidentemente os estereótipos que nela circulam acerca dos paraguaios também integram seu imaginário. Dizer que “os paraguaios adoram piratear” se configura como um estereótipo porque é uma generalização apressada e incompleta da realidade histórica, cultural e econômica da sociedade paraguaia. E, ao tentar caracterizar um povo, associando-o a uma atividade, entramos no terreno das identidades atribuídas. De acordo com nossos entrevistados, podemos compreender que associar o Paraguai ou a região fronteira a atividades ilegais como a pirataria constitui-se, na televisão brasileira, em uma representação hegemônica acerca do universo simbólico paraguaio.

A família brasileira comentou ainda que: “eles adoram piratear (risos). Você chega lá e eles não estão nenhum minuto preocupados com o tipo de trabalho que estão fazendo. Mas não são só eles, a gente vê que é um povo explorado, é o jeito que encontraram de viver” (Estela, 72); “tem gente que compra tudo lá, nós vamos quando tem alguma coisa que realmente é muito cara por aqui, mas tem que saber aonde ir, o que comprar para não acabar com coisa falsificada na mão” (Carmem, 72); “eu não entendo quem compra ou vende CDs e DVDs falsificados, só no Paraguai mesmo, eu baixo o que preciso da *internet* e com certeza não foi a população paraguaia que colocou todos aqueles filmes lá” (Diego, 23); e “é não são só os paraguaios que falsificam, é fácil culpar os vizinhos, mas temos responsabilidade nisso também e mesmo aqui em Foz tem muito preconceito com os paraguaios” (João Paulo, 51).

A partir das colaborações da família brasileira, percebemos que, no que diz respeito à pirataria, são estabelecidas diferenças entre brasileiros e paraguaios, como quando os entrevistados dizem “eles adoram piratear” ou “eles não estão nenhum minuto preocupados com o tipo de trabalho que estão fazendo”. Por outro lado, há manifestações de solidariedade – “é um povo explorado” ou “é o jeito que encontraram de viver” – e ainda há reciprocidade na perspectiva apresentada por João Paulo, quando aponta que

brasileiros também falsificam ou participam da atividade consumindo produtos falsificados. Também são estabelecidas diferenças entre os brasileiros sacoleiros e os que realizam compras ocasionais quando dizem “tem gente que compra tudo lá” e “nós vamos quando tem alguma coisa que realmente é muito cara por aqui”. Ainda que Diego desaprove quem compra ou vende produtos piratas e associe a atividade aos paraguaios, percebemos que ele demonstra solidariedade em relação aos vizinhos quando faz a ressalva de que não são eles os únicos a disponibilizar filmes na *internet* – aliás, registre-se que, uma vez que ele mesmo se apropria desses filmes, não deixa de cometer uma ilegalidade.

Sem dúvida, entre os brasileiros fronteiriços essa representação televisiva participa do jogo identitário de modo ambivalente. Encontramos elementos que apontam para a solidariedade que envolve a identidade fronteiriça e outros que denotam alteridade em relação às identidades nacionais, mas compreendemos que a necessidade de diferenciarse em relação ao paraguaio ocorre porque há preconceito em relação a eles, constatação corroborada pela colaboração de João Paulo, ainda que ele procure não se incluir na reflexão que teceu sobre o preconceito. Outras colaborações da amostra também nos permitem perceber a manifestação desse preconceito dos brasileiros em relação aos paraguaios, quando dizem “não estão nenhum minuto preocupados com o tipo de trabalho que estão fazendo” ou que é preciso tomar cuidado com o que comprar para “não acabar com coisa falsificada na mão”, ou ainda, na declaração “eu não entendo quem compra ou vende CDs e DVDs falsificados, só no Paraguai mesmo”.

A família paraguaia comentou ainda que “este lugar está muito marcado pela pirataria, nem que um homem paraguaio seja inocente, o primeiro que os brasileiros culpam é o paraguaio” (Lurdes, 52), que “é claro que aqui se pensa que é aceitável piratear para viver, mas o porquê disso não se discute, não se fala, não está fácil ser paraguaio estes dias” (Mário, 22), que “a pirataria é uma indústria, não é certo, mas existe. Os paraguaios que fazem parte dela estão na ponta do *iceberg*, e não são todos nós paraguaios que vivemos disso e mesmo os que vivem também fazem outras coisas com a sua vida, não é verdade?” (Juán Carlos, 79), e ainda que “a pirataria é sim uma indústria, então trabalhar com isso é visto como um trabalho, nem poderia ser diferente, é errado, mas é o único trabalho para muitos. O caso é que há interesses na mão-de-obra paraguaia, o Paraguai virou a fachada de uma indústria internacional que envolve os chineses, os árabes, mesmo os americanos que fizeram essa pesquisa e as empresas de vocês, brasileiras. É claro que nossas autoridades facilitaram tudo isso desde Strossner até agora, nesse ponto não mudou muita coisa” (José, 56).

Compreendemos que essa representação televisiva participa do jogo identitário da seguinte forma. A família paraguaia se mostra resistente em relação à contextualização parcial da reportagem e nos leva a compreender que a pirataria é uma indústria da qual também participam pessoas de outras etnias ou nacionalidades – como os brasileiros, os chineses ou os árabes, por exemplo – que para os entrevistados atuam não apenas

como consumidores, mas como parte integrante das operações de falsificação. E com a fragilização de suas instituições após trinta e cinco anos de ditadura, a sociedade paraguaia saiu empobrecida e com poucas oportunidades de desenvolvimento. Assim, os paraguaios tornaram-se a mão-de-obra mais barata disponível no mercado. A família paraguaia não aprova a atividade de falsificação, mas demonstra solidariedade em relação aos paraguaios.

A identidade nacional é acionada porque eles se sentem vítima de preconceito, em especial por parte dos brasileiros, como quando dizem “este lugar está muito marcado pela pirataria” e “não está fácil ser paraguaio estes dias”. Embora tenhamos percebido o preconceito nos depoimentos da família brasileira, não achamos que nesse caso estivessem estigmatizando os paraguaios, até porque em alguns momentos demonstraram solidariedade. Porém, há indícios de que a associação dos paraguaios à atividade de falsificação tornou-se um estigma, porque quando a paraguaia Lurdes nos diz que o lugar está marcado e que os brasileiros os culpam mesmo sem saber se estão ou não relacionados a essa atividade, compreendemos que a integração social plena deles está comprometida por meio de uma marca simbólica.

Com a colaboração do paraguaio Mário conseguimos acesso a outros materiais produzidos pela mídia brasileira que confirmam que no imaginário da sociedade brasileira, o termo *paraguaio* transformou-se em uma metáfora para a falsificação. Desde as primeiras entrevistas que realizamos, Mário ficou atento à programação televisiva brasileira, e numa oportunidade que nos encontramos, o jovem paraguaio comentou conosco uma matéria que ele assistiu no programa de variedades Vídeo Show¹. Não conseguimos acesso ao arquivo audiovisual que corresponde à introdução da narrativa, exatamente o que chamou a atenção de Mário. Assim, resgatamos o que consta sobre ela no site da Globo.com. – conforme o que Mário nos explicou, no programa, os apresentadores introduziram a matéria da mesma forma que o *site* e em seguida mostraram algumas cenas da novela.

Sob o título “Revirando o Baú: Elizabeth Savalla já foi mulata paraguaia!”, e com o subtítulo “Reveja cena da atriz na novela Quatro por Quatro, em 1994”, o *site* explica que “Elizabeth Savalla, a Socorro de *Caras e Bocas*, interpretou uma mulatona paraguaia na novela *Quatro por Quatro*, em 1994. O Revirando o Baú de hoje resgatou essa imagem para você não esquecer dessa pérola dos arquivos do VÍDEO SHOW!” (Vídeo Show, Portal de Notícias da Globo, 28/10/2009 - 16h24 - Atualizado em 25/1/2010 - 13h38).

Essa construção narrativa gira em torno da atriz branca Elizabeth Savalla, que em um dado momento da novela *Quatro por Quatro* interpreta uma mulher negra. O tom de sua pele foi escurecido com o objetivo de gerar comicidade. A personagem revive o *black face*, que conforme Araújo (2000, p. 93) é um recurso cuja origem está no início do cinema norte-americano, em que um ator branco é pintado de preto para representar

1 Vídeo Show – Programa de Variedades. Período de exibição: NO AR desde 20/3/1983. Horário: às 13h30; 13h45. Periodicidade: de segunda a sexta. (Fonte: projeto Memória Globo, site oficial da Globo.com)

um personagem negro, que ocorria comumente por imposição de patrocinadores e/ou produtores. O autor explica ainda que o uso do *black face* representa um tipo de postura que passou a ser condenada nos Estados Unidos, mas mesmo assim foi uma prática repetida por produtores de televisão no Brasil e utilizada nas telenovelas brasileiras. O uso desse recurso já foi questionado em diversos trabalhos acadêmicos sobre a representação dos negros nas telenovelas brasileiras e essa mesma personagem foi analisada no trabalho de Couceiro (2000-2001).

No que diz respeito a esta pesquisa, a ênfase é colocada no uso do termo *paraguaia*. De fato, a personagem é uma falsa mulher negra, ou uma falsa mulata, como nos leva a entender o texto do *site*. No entanto, a escolha do termo *paraguaia* como metáfora para expressar aquilo que é falso deixa claro que o sentido que os brasileiros atribuem ao termo, como metáfora ele “é produto literal de outros sentidos, tornados transparentes em uma determinada formação discursiva pela dependência dessa em relação ao interdiscurso (Pêcheux, 1997, p. 263). Ou seja, essa narrativa, tal qual formação discursiva, foi construída por brasileiros e para brasileiros que partilham o mesmo interdiscurso, uma vez que a codificação e decodificação do sentido depende de um repertório comum, no qual o termo *paraguaia* pode significar “falsa”.

Ao conversarmos sobre essa formação discursiva, a memória de Mário mostrou-se novamente um recurso útil para esta pesquisa. Ele nos contou que houve ali no cotidiano fronteiriço uma repercussão negativa de um programa de *reality show* brasileiro. Ele nos disse que um participante brasileiro do programa Big Brother Brasil² utilizou o termo *paraguaia* para agredir verbalmente outra integrante. Procuramos o vídeo e o encontramos no *site* do youtube.com, datado de 4/2/2009 e intitulado “BBB9 CHAPA QUENTE!! Newton e Ana brigam no jardim”. Nesse vídeo, em que os participantes do programa se agredem verbalmente, um deles vocifera “(...) Loura aguada! Falseta! Paraguaia! É isso que tu é! (...)”.

Não conseguimos saber o que determinou a agressão verbal, porém ficou evidente que se tratava de uma situação de conflito em que o termo *paraguaia* foi utilizado como forma de insulto, pelo elevado tom de voz e porque foi utilizado com a expressão “loura aguada”, empregada para referir-se igualmente à falta de autenticidade.

Do mesmo modo que no Vídeo Show, no Big Brother Brasil o sentido da formação discursiva depende do interdiscurso. No primeiro caso ela foi construída por profissionais da mídia, no segundo, por participantes do programa de televisão. Ambas revelam as representações predominantes que os brasileiros constroem sobre os paraguaios. Essas representações ainda não são questionadas no contexto brasileiro. Já para os consumidores paraguaios de televisão brasileira, elas geram questionamentos e são utilizadas como forma de aprendizado informal sobre qual é a identidade que lhes é

2 **Big Brother Brasil** – *Reality Show*. **Períodos de exibição: NO AR** desde 29/1/2002. Horário: diversos. Periodicidade: anual (à exceção de 2002). Apresentação: Pedro Bial. Núcleo: J.B. de Oliveira (Boninho). (Fonte: projeto Memória Globo, site oficial da Globo.com)

atribuída pelos vizinhos.

Compreendemos que essas representações televisivas medeiam o discurso dos entrevistados e participam do jogo identitário que se desenvolve na fronteira da seguinte forma. A identidade atribuída aos paraguaios pelos brasileiros não reforça a identidade fronteiriça e ainda afeta a autoestima dos paraguaios. Os brasileiros fronteiriços posicionam-se numa relação ambivalente de solidariedade e alteridade com os paraguaios. Mas, mais do que isso, há pistas de que os brasileiros são preconceituosos em relação aos paraguaios e, muitas vezes, concretizam esse preconceito estigmatizando os paraguaios, por meio, por exemplo, do uso da linguagem, quando associam no cotidiano ou na televisão os termos derivados da palavra *Paraguai* aos sentidos produzidos pelas palavras “falso” ou “falsificado”, podendo significar “desonesto” ou ainda “criminoso”.

No cotidiano, este tipo de caracterização alimenta relações nas quais os brasileiros inferiorizam moralmente os paraguaios, ao associarem a identidade paraguaia ao sentido de desonestidade. Isto faz os paraguaios acionarem sua identidade nacional, enaltecendo elementos positivos e resistindo a essa representação. Nesse tipo de situação, os limites simbólicos existentes entre as nações é sublinhado e a identificação fronteiriça não é fortalecida.

Já não estávamos mais em campo quando observamos outras representações televisivas brasileiras que associavam o Paraguai à falsificação ou à desonestidade. Em especial, destacamos o caso do programa de humor “Casseta e Planeta” (15/6/2010, 1’07”), uma vez que entendemos que nas narrativas humorísticas as estereotípias e os preconceitos aparecem de modo exacerbado. Durante a Copa do Mundo de 2010, esse programa satirizou alguns países e personalidades que participaram da competição.

Conseguimos resgatar um vídeo chamado “Os melhores hinos das seleções da Copa”, em que os humoristas fazem sua própria versão dos hinos da Itália e do Paraguai. Como objetivo cômico, a formação discursiva construída pelos humoristas depende do interdiscurso, ou seja, pressupõe um repertório partilhado no imaginário social brasileiro acerca do Paraguai. Então, eis a sátira: “Nós somos do Paraguai/E pirateamos este hino/E até já estamos vendendo o DVD com o melhor da Copa/Nosso uísque parece escocês”.

Compreendemos que essa representação televisiva anedótica também foi formada com o uso de um estereótipo que colabora para configurar a identidade que os brasileiros atribuem aos paraguaios. E como vimos, no cotidiano dos paraguaios e brasileiros que vivem na fronteira, essas características de desonestidade ou de falsidade atribuídas aos paraguaios se transformam num estigma que fomenta relações preconceituosas.

Isso tudo numa região fronteiriça que se faz mediação cultural relevante no processo de apropriação e uso dos sentidos propostos pelas narrativas midiáticas. Por vezes, favorecendo inclusive a resistência a esses sentidos, especialmente, tal como constatamos, no caso de paraguaios fronteiriços.

Ao atentarmos para a abordagem denotativa e diacrônica do termo “paraguaio” na

língua portuguesa, o significado de “gentílico de um povo” é a associação de sentido mais provável. Entretanto, percebemos que quanto mais distantes da região de fronteira, em solo brasileiro, mais comum fica a resposta “falsificado” ou “pirata” para perguntas como “qual o significado de paraguaio?”, e essa resposta costuma ser explicitada como se esse sentido fosse engraçado de alguma forma.

O que corrobora a hipótese de que o sentido de falsificado ou pirata está cada vez mais associado ao termo paraguaio, e que o estigma da desonestidade e falsidade se faz cada vez mais predominante no imaginário social brasileiro. Uma conjuntura que precisa ser transformada pela comunicação, nas disputas de sentido em curso nas relações cotidianas interfronteiriças ou não, na escola, na família, entre outras mediações culturais, e em especial, nos discursos que engendram as narrativas midiáticas, como as da televisão brasileira em seus mais variados gêneros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Joel Zito. *A Negação do Brasil. O negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- BOSI, E. **Entre a opinião e o estereótipo**. In: *O tempo vivo da memória*. São Paulo: AE Editorial, 2004.
- COUCEIRO DE LIMA, S. M. A personagem negra na telenovela brasileira: alguns momentos. In: *Revista USP*, n. 48, p. 88-99, Dezembro-Fevereiro. São Paulo: USP, 2000-2001.
- COLLIER JR., J. *Antropologia Visual: a fotografia como técnica de pesquisa antropológica*. São Paulo: EDUSP, 1973.
- DA MATTA, R. O Ofício do Etnólogo, ou como ter *Anthropological blues*. In: NUNES, E. O. (org.). *A Aventura Sociológica, Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOFFMAN, E. **Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- HAGUETE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LOPES, M.I.V. *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- MUNANGA, K. **Preconceito de Cor; diversas formas, um mesmo objetivo**. In: *Revista de Antropologia*, vol. 21, p. 145-153, São Paulo: USP, 1978.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

THIOLLENT, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Pólis, 1980.

VELHO, G. **Observando o familiar**. In: NUNES, E. O. (org.), *A Aventura Sociológica, Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

YIN, R.K. *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acompanhamento de crianças 120, 123, 125, 127

Alfabetização 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 61, 95, 97, 98, 99, 105, 132

Alunos surdos 32, 34, 35, 36

Ambiente institucional 15, 17, 18, 21

Aplicativo inclusivo 65, 69

Atendimento educacional especializado 22, 23, 29, 34, 78, 79, 95, 97, 101, 103, 105, 136

Autismo 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 69, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 123, 128

Autista 1, 2, 3, 13, 14, 19, 78, 79, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 120, 121, 123, 127, 128, 136, 137, 138, 146

C

Cega 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29

Criança 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 60, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 98, 100, 103, 104, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 134, 136, 142, 143, 144, 145, 146

D

Deficiência intelectual 13, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 122

Desenvolvimento 6, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 18, 25, 28, 34, 35, 52, 53, 60, 61, 65, 67, 68, 71, 72, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 136, 137, 138, 141, 143, 146

Desigualdade 64, 109

Diferentes 27, 35, 43, 55, 56, 57, 63, 79, 87, 90, 92, 97, 108, 110, 128, 131, 136, 142, 144, 145, 146

E

Educação sexual 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 147

Equoterapia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Escola 1, 5, 13, 22, 23, 26, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 45, 46, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 64, 70, 78, 79, 80, 82, 85, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 118, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146

Espectro autista 1, 2, 3, 13, 14, 19, 78, 79, 87, 89, 92, 120, 121, 123, 127, 128

Estigma 25, 53, 106, 110, 115, 117, 118

F

Falsificação 106, 107, 110, 111, 112, 115, 117

Fronteira 106, 107, 110, 111, 117, 118

I

Igualdade 20, 29, 37, 39, 40, 62, 66

Inclusão 18, 19, 20, 22, 23, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 52, 65, 66, 67, 69, 71, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 122, 129, 130, 131, 132, 137, 139, 140, 142, 143, 147

Inclusão social 18, 20, 66, 84, 85, 91, 93

L

Libras 32, 33, 35, 36, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 146

Lúdico 11, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 142, 144

M

Mundo 5, 11, 13, 19, 26, 29, 33, 48, 54, 55, 57, 62, 66, 68, 70, 84, 90, 91, 94, 117, 130, 137, 140, 142, 144, 145

P

Paraguai 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 117

Pedagogia 13, 23, 31, 50, 59, 147

Pessoas com deficiência 3, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 28, 67, 123, 128

Pirataria 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Práticas de inclusão 129

Primeira infância 84, 85, 87, 90, 120, 121, 122, 123

R

Resistência 106, 110, 117

S

Serviço de reabilitação intelectual 120

Socialização 4, 8, 9, 10, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 32, 33, 92, 102

Socioemocionais 78

T

TDAH 37, 38, 39, 40

TEA 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 69, 78, 79, 80, 84, 87, 88, 89, 92, 93, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127

Televisão brasileira 106, 107, 113, 116, 118

Trabalho multiprofissional 120, 121, 127

Transtorno 1, 2, 3, 13, 14, 19, 37, 38, 39, 40, 69, 78, 79, 81, 82, 85, 86, 87, 89, 92, 120, 121, 123, 124, 127, 128

Ações e Implicações para a (Ex)Inclusão 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 Atena
Editora

Ano 2020

Ações e Implicações para a (Ex)Inclusão 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 Atena
Editora

Ano 2020